

## A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na Construção Histórica do Território Brasileiro

JOSÉ AUGUSTO PÁDUA \*

Quando os portugueses, no século XVI, chegaram à costa atlântica do atual continente Sul-Americano – dando início a um conjunto diversificado de processos de territorialização que bem mais tarde serviu de base para a construção do território brasileiro propriamente dito – tiveram que interagir com uma impressionante diversidade de ecossistemas. Uma experiência marcante foi a convivência com grandes extensões contínuas de matas que hoje conceitualizamos como fazendo parte de dois grandes complexos de florestas tropicais: a Mata Atlântica, que na época media cerca de 1,3 milhões de quilômetros quadrados, e a Floresta Amazônica, que possuía um tamanho aproximado de 4 milhões de quilômetros quadrados na parte que atualmente faz parte do Brasil e 6 milhões se considerarmos a totalidade da sua presença no continente.

O destino histórico diferente destes dois complexos florestais é uma das chaves para visualizarmos a geografia da história ambiental brasileira. Os assentamentos e as atividades econômicas coloniais e pós-coloniais, tais como centros urbanos, plantações de algodão, engenhos de açúcar, criação de gado e mineração de ouro e diamantes, concentraram-se ao longo da costa atlântica e suas hinterlândias mais próximas, interagindo especialmente com as regiões de domínio da Mata Atlântica. Mesmo hoje em dia, cerca de 70% da população brasileira permanece concentrada nessas áreas. No século XX, com o forte crescimento da população e da economia brasileiras - incluindo as fazendas de café, a expansão da malha urbana e industrial, as indústrias madeireiras, a construção de ferrovias, a siderurgia de ferro e a produção de celulose - um desmatamento

\* Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-doutor em História pela Universidade de Oxford.

massivo ocorreu na Mata Atlântica. O resultado histórico é que restam apenas 8,9% da sua cobertura original, ou 13,3% se considerarmos também os fragmentos com menos de 100 hectares (Dean, 1995; Pádua, 2010; SOS Mata Atlântica, 2012).

A Floresta Amazônica possui uma história radicalmente diferente, ao menos no contexto brasileiro. Até o início da década de 1970, calcula-se que cerca de 99% da sua cobertura original ainda estava de pé. As causas históricas dessa dinâmica diferente de territorialização e desflorestamento ainda carecem de uma investigação mais profunda. Os fatores ambientais, por certo, precisam ser considerados. As dificuldades de acesso à região amazônica, especialmente no contexto tecnológico pré-industrial, são conhecidas: o tamanho gigantesco dos seus rios, a abundância de áreas úmidas, a forte ocorrência de doenças etc. É interessante fazer uma comparação, por exemplo, com as reflexões de Gilberto Freyre (2004:58) sobre os rios pequenos e regulares, assim como os ventos brandos, que tanto facilitaram a ocupação econômica do litoral do Nordeste.

Os portugueses foram capazes de estabelecer na Amazônia uma dominação colonial de relativamente “baixa intensidade”, concentrada na calha do rio Amazonas e com uma pequena população neo-européia articulada com um conjunto de populações indígenas destribalizadas ou sujeitas a diferentes níveis de domínio social. Uma rede de fortes e fortalezas ao longo dos rios, bem distribuída do ponto de vista estratégico, garantiu o domínio militar extensivo sobre uma gigantesca região florestal. Um domínio grandemente facilitado, por certo, pela ausência de uma efetiva ameaça de invasão por parte da Espanha ou de outras potências européias. A Floresta Amazônica, assim como outras regiões centrais da América do Sul, permaneceu em grande parte distante da capacidade de ocupação mais intensa que se desenvolvia, através de uma multiplicidade fragmentada de fronteiras, a partir das regiões costeiras da América Portuguesa e da América Espanhola. O pequeno tamanho da população e as atividades econômicas baseadas na extração seletiva e na cultura de alguns elementos da natureza nativa, como as drogas do sertão e o cacau, por outro lado, não chegaram a provocar dinâmicas mais intensas de desflorestamento, ao menos em comparação com algumas outras regiões coloniais nos trópicos. É significativo o fato de um observador tão atento ao problema da destruição dos recursos da natureza como Alexandre Rodrigues Ferreira, no final do século XVIII, quase

não mencionar o problema do desmatamento, centrando suas críticas na pesca predatória da tartaruga e do peixe-boi (Pádua, 2011)

Como bem lembrou Rafael Chambouleyron (2010: 17), esse modelo de colonização, que estou chamando de “baixa intensidade”, deve ser entendido a partir de sua lógica própria e não por contraste com o que ocorreu em outras regiões do Brasil. Não deve ser confundido, além disso, com um desleixo e desinteresse do estado português por uma região “periférica”. Ao contrário, a ação do estado foi intensa e estratégica, mas fundada em uma determinada equação de relacionamento entre as realidades naturais e os recursos humanos e econômicos disponíveis. Do ponto de vista da história ambiental, portanto, que se ocupa das características e da intensidade dos processos de territorialização e interação com a natureza, a comparação com o que acontecia nas regiões da Mata Atlântica tem cabimento, mesmo procurando escapar das distinção falaciosa entre padrões canônicos e “periféricos” de vida social. Não se pode abstrair o fato, na perspectiva da materialidade da história, de que nas primeiras décadas do século XIX, quando começa a construção propriamente dita do Brasil, a população da Amazônia era de cerca de 140 mil pessoas para um total de 3,5 milhões para o conjunto do país (mesmo considerando que os critérios de aferição estejam enviesados pela ausência de dados sobre a população dos vastos sertões quase desocupados pela sociedade de domínio neo-europeu).

Do ponto de vista do desflorestamento, por outro lado, os resultados do “boom da borracha” pós-colonial, de 1850 a 1915, foram limitados em abrangência. Em grande parte por conta da própria biofísica da seringueira e do contexto específico da extração da borracha como seu uso econômico privilegiado. Essa extração não demandava a derrubada das árvores. Ao contrário, para ser reproduzida por um tempo razoável a atividade extrativa exigia a manutenção não apenas das seringueiras mas também das paisagens florestais que serviam de suporte ecológico para a continuação da sua capacidade biológica. A interrupção dessa capacidade, obviamente, representava um prejuízo para os agentes econômicos. É verdade que a corrida da borracha estimulou um grande aumento da migração para a Amazônia e o forte crescimento de algumas de suas cidades, como Manaus e Belém. Ainda assim, com a interrupção desse fluxo a partir da queda das exportações brasileiras de borracha, por causa da crescente hegemonia no mercado mundial dos seringais estabelecidos pelos ingleses no Sudeste Asiático, as conseqüências ambientais do processo em seu conjunto foram limitadas (Dean, 1987). A destruição

massiva da Floresta Amazônica, portanto, como veremos adiante, é um fenômeno histórico recente. De qualquer forma, a intensidade desse movimento foi notável, pois de 1970 até o presente a cobertura florestal restante foi reduzida de cerca de 99% para cerca de 80%, o que significa uma destruição de mais de 700 mil quilômetros quadrados de floresta (Pádua, 1997; Hecht & Cockburn, 2010)

A história da Mata Atlântica e sua progressiva destruição ao longo dos últimos cinco séculos foi tema de um livro clássico da história ambiental do Brasil, publicado em 1995 por Warren Dean: *A Ferro e Fogo – A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira*. As palavras finais desse livro, freqüentemente citadas, trataram da necessidade de estabelecer uma ligação analítica e política entre as histórias dos dois grandes complexos florestais presentes no território nacional: "entre os brasileiros que estudaram a história da Mata Atlântica e contemplaram a presença dos seus arvoredos remanescentes, a Floresta Amazônica inspira especial alarme e presságio. O último serviço que a Mata Atlântica pode prestar, de modo trágico e desesperado, é demonstrar todas as terríveis conseqüências da destruição de seu imenso vizinho do oeste" (Dean, 2007: 380).

Até onde eu saiba, nenhum estudioso seguiu até hoje o conselho de Dean, no sentido de trabalhar uma comparação sistemática e abrangente da história de ambas as florestas, extraindo conhecimentos históricos e lições políticas a partir deste exercício. No presente momento, estou pessoalmente envolvido com o projeto de escrever um livro nessa direção. É verdade que algumas tentativas limitadas de comparação das duas florestas aparecem ocasionalmente nos debates acadêmicos e políticos no Brasil. É comum, por exemplo, falar da necessidade de evitar a reprodução nas novas fronteiras amazônicas dos erros produzidos nas velhas fronteiras de destruição da Mata Atlântica. O caso desse último complexo florestal é também lembrado no sentido de revelar que grandes maciços florestais, aparentemente inesgotáveis, podem ser quase totalmente destruídos em um tempo histórico relativamente curto, passo a passo, comprovando o risco de um processo semelhante de perda florestal ocorrer na Amazônia. Uma análise comparativa sistemática e multidimensional, dessa forma, pode contribuir tanto para o debate acadêmico quanto para a formulação de políticas públicas mais lúcidas e eficazes.

Entendo de forma muito abrangente a abordagem histórica das florestas brasileiras. Meu objetivo não é fazer história florestal em um sentido pontual e isolado, mas sim

discutir o tema das relações entre sociedades e florestas como uma ferramenta analítica para discutir os padrões fundamentais de ocupação da terra, construção territorial e formação de fronteiras no processo de constituição nacional. Este tipo de análise deve prestar muita atenção na dimensão biofísica e geográfica da história. As diferenças na composição ecológica e na expressão espacial dos dois complexos florestais são muito relevantes. Mas precisam ser articulados com temas como: a) as mudanças históricas nas percepções culturais sobre a natureza e as paisagens florestais, b) a evolução das leis e das instituições políticas, c) a transformação ao longo do tempo dos processos e conflitos relativos à apropriação e ao uso econômico dos recursos naturais.

O caso brasileiro, por certo, é particularmente apropriado para esse tipo de abordagem ampla da história das florestas. A construção do território nacional ocorreu em uma área continental marcada pela presença avassaladora das florestas e da vida selvagem. Tal contexto histórico-ecológico está fortemente presente nas atividades econômicas, nas produções culturais e nas identidades políticas estabelecidas na dinâmica de formação da complexa e multicultural sociedade brasileira. Não é por acaso que o país foi designado com o nome de uma árvore tropical (pau-brasil).

Neste contexto, não devemos considerar a história da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica, apesar de suas especificidades, como realidades distintas. Esse é o risco implicitamente presente na citação de Warren Dean feita acima. Na minha compreensão, a história de ambos os complexos florestais deve ser pensada de maneira integrada, no quadro de um longo movimento de avanço das fronteiras econômicas e de construção do território no Brasil. Os principais atores sociais e econômicos do grande desflorestamento ocorrido nas décadas de 1970, 1980 e 1990, por exemplo, vieram das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Eles não chegaram do nada na Amazônia, mas sim a partir das atividades sociais e das práticas culturais que os constituíram enquanto atores sociais no contexto geográfico e histórico da Mata Atlântica. Nessa perspectiva, o estabelecimento de um "arco do desmatamento" na Amazônia se deu através do avanço para o noroeste de migrações populacionais e empresariais vindas de regiões da "outra" floresta, levando para a Amazônia as dinâmicas de desmatamento socialmente aprendidas na Mata Atlântica. Tudo isso, por certo, com forte apoio do estado nacional e das concepções de desenvolvimento então vigentes.

É preciso prestar atenção, no entanto, nos diferentes contextos cronológicos da história. E mais especificamente nos diferentes contextos temporais dos macro-processos de desflorestamento e conservação em ambos os complexos florestais. O grande processo de desmatamento na Mata Atlântica, por exemplo, ocorreu entre 1930 e 1990, confundindo-se com a grande expansão da população e dos espaços urbano-industriais no país. Em trabalhos anteriores, eu argumentei que a destruição histórica da Mata Atlântica e, em menor escala, da Floresta Amazônica, está relacionada com um modo de ocupação da terra que possui suas raízes no passado colonial. Tal modelo pode ser entendido através de uma complexa interação entre fatores culturais, tecnológicos, sócio-econômicos e ambientais (Pádua, 2002 e 2010). O contraste, até o século XX, entre uma população total relativamente pequena e distribuída em um mosaico de manchas de ocupação sócio-territorial mais intensa, de um lado, e, um espaço continental gigantesco, formalmente unificado do ponto de vista político e com grandes sertões relativamente abertos ao avanço de múltiplas fronteiras de ocupação econômica, do outro, constitui uma chave importante para entender uma tendência ambientalmente destrutiva na formação da sociedade brasileira. Mas a herança desse modelo de origem colonial é mais qualitativa do que quantitativa. Em cada mancha de ocupação territorial, com base na exploração de diferentes elementos da natureza local, a economia era essencialmente predatória. O tamanho total limitado da economia e da população nacional, no entanto, fazia com que o seu impacto agregado sobre a Mata Atlântica e sobre a Floresta Amazônica fosse muito limitado. É por isso que o século XX, mais que tudo, foi responsável pela parte esmagadoramente majoritária da destruição quantitativa da Mata Atlântica. O crescimento da economia e da população, a maior disponibilidade de capital e o potencial destrutivo das novas tecnologias industriais, porém, intensificou uma tendência estrutural de relação predatória com a terra que já existia anteriormente.

Em 1900, por exemplo, o Brasil tinha uma população total de aproximadamente 17 milhões de pessoas, em comparação com 76 milhões nos Estados Unidos. Por diferentes razões históricas, o Brasil não esteve na linha de frente das transformações sociais e tecnológicas do capitalismo moderno. O fardo da escravidão durou até o final do século XIX e o país chegou a meados do século XX com uma economia e uma população essencialmente rurais, com baixo nível de escolarização e uma alta taxa de concentração de renda nas mãos de uma pequena elite. A sociabilidade urbana era geograficamente muito restrita. A partir de

meados do século XX, no entanto, o Brasil passou por uma verdadeira mutação na sua estrutura social, tornando-se um dos países com mais forte crescimento econômico do planeta, apesar de intercalado com períodos de crise, estagnação e inflação. A proporção da população urbana, por exemplo, passou de 16% em 1940 para 81,3% em 2000. A intensidade das mudanças sócio-econômicas e geográficas manifestou-se em movimentos fortes de: a) expansão e remodelação das paisagens urbanas, com aumento da poluição e da destruição de complexos arquitetônicos tradicionais; b) expansão da infra-estrutura, especialmente de hidrelétricas e estradas de rodagem; c) expansão de áreas industriais e depósitos de substâncias contaminantes; d) abertura de novas fronteiras de ocupação agropecuária em regiões cobertas por florestas tropicais, ou outros ecossistemas nativos, e ocupadas por populações tradicionais e locais com baixa densidade demográfica e vulneráveis no que se refere à propriedade legal da terra; e) conversão de antigas áreas de agricultura tradicional, com forte presença de populações camponesas, em grandes fazendas baseadas no uso de máquinas e agroquímicos. Não é difícil imaginar o potencial de todas essas dinâmicas para fomentar conflitos ambientais de diferentes tipos, envolvendo comunidades locais rurais e urbanas (Martinez Alier, 2003). Por outro lado, o fato dessas dinâmicas ocorrerem em grande parte durante regimes ditatoriais, ajudou a aumentar a agressividade dos empreendimentos e dificultar, apesar de não impedir, as reações ao nível da sociedade e dos meios de comunicação (Hochstetler & Keck, 2007; Pádua, 2012).

Desde o final do século XIX, de fato, uma intensificação na capacidade de destruição florestal já começava a se manifestar. A construção de estradas de ferro, por exemplo, foi um grande canal para a abertura de fronteiras de desmatamento, especialmente na parte sul e sudeste da Mata Atlântica. Mas nada que se compare ao que aconteceu depois. Um leitor dotado de sensibilidade ambiental sente verdadeira angústia ao ler os capítulos que se referem ao período das décadas de 1930-1960 no livro de Warren Dean (1995) mencionado acima. O país crescia economicamente, as empresas exploravam amplamente os seus recursos naturais, sem que existissem quaisquer barreiras ambientais. Praticamente não existiam órgãos públicos para fiscalizar ou entidades civis para denunciar os abusos ambientais. A mídia ignorava esse tipo de problemática, assim como a grande maioria dos intelectuais, à esquerda ou à direita, ocupados apenas com as dimensões econômicas e sociais do debate sobre o futuro do Brasil. Enquanto isso, o ambiente brasileiro sofria com intensos processos de desflorestamento, degradação e contaminação.

Uma importante mudança no contexto conceitual e institucional começou a delinear-se na década de 1970 e ganhou força social e política nas décadas seguintes (Pádua, 2012). Não é por casualidade, por exemplo, que um decreto federal de 1993, transformado em lei pelo Congresso Nacional em 2006, tenha estabelecido a proteção legal de todos os remanescentes da Mata Atlântica (no nível mencionado acima, de praticamente 90% de destruição da floresta aqui encontrada nos inícios da colonização européia). Esse novo contexto conceitual não emergiu apenas no Brasil, representando uma virada histórica que aconteceu nas últimas décadas do século XX em relação ao significado das florestas tropicais e, de maneira mais geral, do “meio ambiente”. No caso das florestas tropicais, que está na base do presente artigo, essa virada foi bem resumida por Kelly Enright ao falar na passagem da imagem dominante da “jungle” ou “selva”, enquanto um lugar que ameaçava os seres humanos, para a de “rainforest” ou “floresta tropical”, enquanto um lugar ecologicamente precioso e ameaçado pelos seres humanos (Enright, 2012: 7). Um lugar a ser conservado por sua importância para as sociedades, e para a humanidade como um todo, a partir de novos conceitos como “biodiversidade” e “serviços ambientais”.

O último período de destruição massiva da Mata Atlântica, portanto, aconteceu no contexto inicial da emergência de uma nova imagem das florestas tropicais na arena política. A decisão institucional de conservar os seus remanescentes, assim, não pode ser divorciada dessa ampla mudança cultural. O “timing” do desflorestamento na Amazônia, nesse contexto deve ser destacado. Na década de 1970, quando a nova consciência ambiental começou a protestar contra a destruição dos últimos remanescentes da Mata Atlântica, a inauguração das “décadas da destruição” na Amazônia estava apenas no seu começo. Desde o início, portanto, cientistas, ativistas e diferentes setores sociais – ao nível local, nacional ou internacional – começaram a protestar contra o desmatamento amazônico. Um movimento em grande parte visionário, pois o processo estava ainda nos seus primórdios. Em 1975, por exemplo, quando Robert Goodland publicou um livro de grande impacto intitulado *Amazon Jungle: From Green Hell to Red Desert?*, a Floresta Amazônica ainda possuía algo como 98% da sua cobertura original!

Essa realidade, contudo, estava em pleno processo de transformação. Na década de 1970, por razões mais geopolíticas do que econômicas, o regime militar que governou o país de 1964 a 1984 abriu a região para atividades econômicas fortemente subsidiadas. A partir do fim do “boom da borracha”, a Amazônia foi lida pelo estado nacional através do



estigma da “estagnação econômica”. Mesmo fugindo de idealizações, creio que seria possível entender a vida amazônica entre as décadas de 1920 e 1960 com base em outros prismas conceituais. De toda forma, sociedades locais com populações relativamente pequenas estavam aprendendo a conviver com a floresta de diversas maneiras, estabelecendo culturas mestiças de grande originalidade, ao mesmo tempo em experimentava tecnologias e atividades econômicas de baixo impacto em termos de desflorestamento. Toda essa base sócio-cultural-ambiental, no entanto, foi ignorada pelo regime militar no seu ímpeto de superar a estagnação e garantir o controle geopolítico nacional sobre aquela gigantesca região. A construção de grandes obras infra-estruturais, assim como os incentivos fiscais e financeiros para o avanço quantitativo das atividades econômicas, foi implementado sem maiores considerações sobre os potenciais danos sociais e ecológicos (Pádua, 2000; Hecht & Cockburn, 2010).

Assim como no caso da Mata Atlântica, no entanto, a virada histórica do ambientalismo produziu uma inversão na tendência tradicional de desflorestamento através de novos conceitos e instituições. É preciso comparar, assim, tanto os movimentos históricos de desmatamento quanto de conservação de ambos os complexos florestais, localizando os tempos históricos específicos e as ligações históricas diretas entre os dois casos. As discussões políticas e intelectuais, assim como o surgimento de inúmeros embates e conflitos sociais, forçou o estado nacional a preocupar-se com o destino da Mata Atlântica, estabelecendo sua proteção legal desde 1993. O mesmo está acontecendo na Amazônia, mesmo que em um contexto geográfico bem mais complexo e com cerca de 80% da sua cobertura florestal ainda de pé (mesmo que a composição de muitas regiões florestais, tanto na Mata Atlântica quanto na Floresta Amazônica, esteja bastante deteriorada). De certa forma, estamos observando a emergência de um novo consenso político em relação à necessidade de não destruir a Floresta Amazônica. Esse consenso, que precisa ser melhor estudado e observado em termos de sua resiliência histórica, não passa apenas por novos ideais e concepções científicas. Ele possui uma forte base econômica e geopolítica, no sentido de que a destruição de recursos da região - como a água, a biodiversidade e o armazenamento de carbono - em troca de ganhos de curto prazo e limitados, está parecendo cada vez menos desejável em comparação com os ganhos potenciais da manutenção desses recursos para o futuro.

Naturalmente, muitos atores regionais e políticos na Amazônia, com influência sobre a opinião pública local, preferem a continuidade de ganhos imediatos e convencionais através de criação de gado, da exploração da madeira etc. No entanto, o consenso político nacional parece estar indo no sentido oposto. Nesse quadro, o contra-exemplo da Mata Atlântica tem sido usado como uma prova histórica de uma imensa floresta pode ser destruída sem produzir verdadeiros benefícios sociais e econômicos, ao menos nos muitos casos regionais em que tal destruição não gerou empregos e desenvolvimento ao nível local. No caso da Amazônica, porém, o jogo é mais pesado, inclusive por causa do volume e da dimensão global dos recursos naturais ainda existentes. Mas o fato é que o surgimento dessa nova percepção política em relação ao destino da Floresta Amazônica vem se expressando em indicadores muito concretos. O Brasil foi responsável, por exemplo, por cerca de 74% das áreas protegidas criadas em todo o mundo após 2003 (Jenkins e Joppa, 2009; Drummond, Franco & Oliveira, 2011). Como consequência deste movimento - junto com outras fortes políticas federais - o desmatamento na Amazônia foi reduzido em cerca de 80% entre 2004 e 2012. O desmatamento está diminuindo, inclusive, no contexto do crescimento econômico dos últimos anos. A condição de fenômeno conjuntural ou de mudança de paradigma histórico desse processo ainda requer um intervalo maior de tempo para ser avaliada. De toda forma, é preciso considerar que no contexto desse novo consenso político, se é que ele realmente está emergindo, é fundamental incluir o fator “Cerrado”, ou seja, a existência de uma enorme área de expansão para o avanço do agronegócio que pode servir como zona de sacrifício para a conservação da Floresta Amazônica.

O que pretendo fazer no futuro próximo, de todo modo, é comparar de forma mais sistemática a história da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica a partir de meados do século XX, analisando as semelhanças e diferenças, bem como as ligações diretas, presentes nos dois movimentos de desmatamento e conservação.

O foco de minha análise comparativa estará fundado, inicialmente, em quatro fatores principais:

- 1 - A evolução histórica das imagens culturais de ambas as florestas e das bases conceituais para sua exploração e conservação;

- 2 - A evolução histórica da legislação florestal e das capacidades institucionais e tecnológicas para a aplicação da lei;
- 3 - A evolução histórica das políticas públicas relacionadas ao desmatamento e à conservação florestal nas duas macro-regiões;
- 4 - Os principais atores sociais - públicos ou privados - relacionados aos usos econômicos e aos conflitos sociais relativos à ocupação e aos modos de apropriação social dos recursos florestais em ambos os casos.

## REFERÊNCIAS

- Chambouleyron, R. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Editora Açaí, 2010.
- Dean, W. Brazil and the Struggle for Rubber. New York: Cambridge University Press, 1987.
- ----- . A Ferro e Fogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Drummond, J., Franco, J.L. & Oliveira, D. “Uma Análise sobre a História e a Situação das Unidades de Conservação no Brasil”. In: Ganem, R. (org.) Conservação da Biodiversidade- Legislação e Políticas Públicas. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.
- Enright, K. The Maximum of Wilderness: The Jungle in the American Imagination. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.
- Freyre, G. Nordeste. São Paulo: Global, 2004 [1936]
- Hecht, S. & Cockburn, A., The Fate Of The Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon. Chicago: Chicago University Press, 2010

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

- Hochstetler, K. & Keck, M. Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society. Durham: Duke University Press, 2007.
  
- Jenkins, N. & Joppa, L. "Expansion of the Global Terrestrial Protected Area System". Conservation Biology, Vol. 142:10, 2009.
  
- Martinez-Alier, J. The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
  
- Pádua, J.A. "Biosfera, História e Conjuntura na Análise da Questão Amazônica", Manguinhos – Historia, Ciências, Saúde, Vol. 6 - Suplemento, Rio de Janeiro, 2000.
  
- Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
  
- European Colonialism and Tropical Forest Destruction in Brazil: Environment Beyond Economic History. In: McNeill, J., Pádua, J. & Rangarajan, M. (orgs.) Environmental History - As If Nature Existed. New Delhi: Oxford University Press, 2010.
  
- Down by Blind Greed: The Historical Origins of Criticism Regarding the Destruction of the Amazon River Natural Resources. In: Tvedt, T., Chapman, G. & Hagen R. (orgs.) A History of Water, Series II, Vol 3. London: I.B.Tauris, 2011
  
- Environmentalism in Brazil: An Historical Perspective In John McNeill and Erin Stewart, orgs., A Companion to Global Environmental History, Oxford: Wiley-Blackwell, 2012
  
- SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2012